



Temos Expresso Diário para lhe contar o mundo



Família Espírito Santo entrega parte do BES para pagar dívida



Passos rejeita intervenção do Estado no BES

Página Inicial > Economia > Júdice diz que "a arbitragem é mais barata que o litígio"

Júdice diz que "a arbitragem é mais barata que o litígio"

José Miguel Júdice, presidente do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio diz que o recurso a árbitros é a forma mais rápida e fácil de resolver conflitos entre empresas.



J. F. PALMA-FERREIRA | 17:41 Sexta, 11 de Julho de 2014



"Rapidez de soluções" e "redução de custos" são os principais argumentos apresentados por José Miguel Júdice a favor das arbitragens comerciais. "A arbitragem é mais rápida. E para questões com valor superior a 2 milhões de euros, é uma solução francamente mais barata", considera o advogado sócio da PLMJ,

presidente do Centro de Arbitragem Comercial (CAC) da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (CCIP).

À margem do VIII Congresso do CAC, realizado ontem e hoje na sede da CCIP, em Lisboa, José Miguel Júdice considera que o recurso a um árbitro para "resolver questões comerciais é uma alternativa aos tribunais judiciais que tem vindo a ser preferida por grandes organizações e empresas que têm urgência em encontrar uma solução para os seus problemas".

"Esta solução reúne o consenso das partes envolvidas, que têm de aceitar os árbitros escolhidos para efetuar a arbitragem na resolução de um conflito, tendo ainda a vantagem de poderem solicitar rapidamente a anulação da arbitragem se discordarem da solução proposta pelo árbitro", adianta o advogado.

Solução ideal para contratos internacionais

No caso de problemas que envolvam diferentes países, com duas leis em vigor, a arbitragem "ainda tem mais vantagens, pois é a forma de resolver diferendos de forma simples e rápida", refere, considerando que "esta via é aconselhável às empresas exportadoras que tenham de encontrar soluções para contratos internacionais que envolvam mercados distantes como, por exemplo, o Afeganistão ou a Malásia, ou que impliquem decisões sobre questões técnicas muito sofisticadas". Com a nova lei da arbitragem comercial - que começou a ser preparada no Governo socialista de José Sócrates e que só agora foi concluída no governo de coligação PSD-PP -, o enquadramento legal da arbitragem é totalmente transparente, cooperando com as regras aplicáveis às mesmas questões nos tribunais judiciais.

Sem ingerências políticas

E | DIÁRIO >>



Expresso analisa caso BES na CNN



PUBLICIDADE



"Há este vazio (de poder no BES) que os mercados não entendem"

ASSINE O EXPRESSO DIGITAL POR APENAS 3,99€
1,92€ / SEMANA APROVEITAR OFERTA »

Crédito Pessoal
Procura uma mensalidade baixa? O Credibom tem! Clique aqui

ÚLTIMAS >



18:51
Passos rejeita intervenção do Estado no BES

18:34
José Honório vice-presidente do BES

18:29
Moody's baixa rating do BES

18:27
Pacheco de Meio sai da PT Portugal

18:22
Cerca de oitenta otorrinos suspeitos de corrupção

18:09
CMVM prolonga proibição de vendas a descoberto no BES

Sem ingerências políticas

"Apesar da Lei de Arbitragem ter sido feita entre dois governos de cores políticas diferentes não houve ingerências políticas no trabalho final, pois o resultado final não foi sujeito a alterações ou imposições partidárias", comenta o presidente do CAC.

"Os tribunais judiciais e os tribunais arbitrais nasceram para colaborar, o que significa que não são duas formas de justiça concorrentes, nem conflitantes e com a nova lei isso torna-se evidente para todos, desde as empresas aos advogados, porque a justiça arbitral precisa da justiça comum", refere José Miguel Júdice.

Quem fixa os honorários?

Há sempre questões pertinentes para as partes envolvidas numa arbitragem comercial, desde a nomeação e recusa de árbitros, às próprias decisões sobre honorários de árbitros, as medidas cautelares aplicáveis para salvaguardar direitos, os apoios à produção de provas e a anulação e recurso de sentenças arbitrais, bem como o reconhecimento das sentenças arbitrais estrangeiras.

Entre juízes nacionais e estrangeiros, responsáveis por centros de arbitragem internacionais e nacionais, árbitros e advogados com experiência em arbitragens, o VIII Congresso do CAC contou com 200 inscritos, refere José Miguel Júdice.

Arbitragem não está na mão de uma elite de advogados

Sobre o perfil dos advogados que habitualmente efetuam arbitragens, José Miguel Júdice refuta a ideia de constituírem uma elite da advocacia muito bem remunerada, pois "não há barreiras à entrada de advogados para as arbitragens", além de que "os advogados seniores que são mais solicitados para efetuarem arbitragens são os primeiros a incentivar a formação de jovens para esta área", refere José Miguel Júdice.

"Estamos sempre a formar jovens que se tornam nossos concorrentes e é saudável que assim seja, porque o mais importante é assegurar a qualidade das arbitragens para manter a credibilidade desta forma de justiça", defende.

Palavras-chave arbitragem, tribunais arbitrais, José Miguel Júdice, Câmara de Comércio, Economia

Partilhar no Facebook

Partilhar no Twitter

OPINIÃO >



Nicolau Santos
KEYNESIANO, GRAÇAS A DEUS

O homem que recebeu um presente de 14 milhões

4



Henrique Monteiro
CHAMEM-ME O QUE QUISEREM

Portugal não é o BES e o BES não é Portugal

3



Daniel Oliveira
ANTES PELO CONTRÁRIO

Matar a credibilidade dos jornais para salvar a dos bancos?

2

MULTIMÉDIA >

CMVM prolonga proibição de vendas a descoberto no BES



18:03
Teatro Argentino em Matosinhos

18:00
Governo seia acordo com Euroscut e poupa 178 milhões de euros

18:00
Hospitais privados denunciam favores do Governo às Misericórdias



17:41
Júdice diz que "a arbitragem é mais barata que o litígio"

f /jornalexpresso

@siga expresso



MAIS VISITADOS

1. Há novos dados sobre a tragédia do avião desaparecido
2. Saiba tudo sobre os resultados das eleições europeias
3. Carta a um irmão político
4. Crumbie. A sobremesa mais fácil do mundo
5. Era capaz de responder a estas perguntas?

Expressoemprego.pt
lança portal de MBAs

SAIBA MAIS

Próximo Objetivo
TIRAR UM MBA

Expressoemprego.pt
PROCURA EMPREGO?
Registe-se gratuitamente e receba as últimas ofertas

MAIS COMENTADOS

1. Aeroporto de Beja perdeu o seu único voo comercial
2. Chumbo do Tribunal Constitucional é uma "enorme adversidade"
3. CDU a crescer
4. "Enquanto primeiro-ministro nunca usei nenhum cartão de ..."
5. Costa já promete ministérios. E tem o apoio do genro de ...

OFERTAS EXPRESSOEMPREGO.PT

EM DESTAQUE



Médico Fisiatra

Adjunto de Direção

CHOURIÇO À CAMPEÃO
Especialista em pratos de confeção acessíveis, com ingredientes ao alcance de qualquer pessoa, Tiger escolheu a gastronomia como forma de estar na vida. Veja, confeccione, desfrute e impressione.

POR FARÓIS NUNCA DANTES NAVEGADOS

PARECEM CASULOS ONDE GENTE HIBERNA À ESPERA DE VER TERRA

VEJA O NOVO VÍDEO DE CRISTINA NÓBREGA

QUEM É O TATUADOR QUE DISSE MAL DA TAP?

OUTRAS OFERTAS

- > Hr Manager
- > Tender & Pricing Specialist
- > National Oncology Diagnostics Manager

Ver mais ofertas (12332)

A carregar...

COMENTÁRIOS 0

COMENTAR

Montepio

Ajude-nos a encontrar os nossos heróis

inscreva-se em visaosolidaria@impresa.pt

VISÃO JUNIOR VISÃO

ÚLTIMAS >



Passos rejeita intervenção do Estado no BES

José Honório vice-presidente do BES
O Espírito Santo Financial Group, principal acionista do BES, propõe a ...

Moody's baixa rating do BES
Agência de notação financeira cortou notação do Banco Espírito Santo em três níveis, para B3, ...

Pacheco de Melo sai da PT Portugal

Luís Pacheco de Melo deixou os cargos que ocupava na PT Portugal e AfricaTei, mas continua ...

Cerca de oitenta otorrinos suspeitos de corrupção
Em cinco anos, os ciínicos - quase todos otorrinos - ...

CMVM prolonga proibição de vendas a descoberto no BES
O regulador da Boisa decretou a proibição de vendas a descoberto das ações ...



Teatro Argentino em Matosinhos

Governo sela acordo com Euroscut e poupa 178 milhões de euros
O Governo fechou hoje o acordo com a concessionária das duas ex-Scut que faziam, ...

Hospitais privados denunciam favores do Governo às Misericórdias
Associação dos hospitais privados acusa o governo de fazer "reiterados favores" às Misericórdias.

